

DOI: 10.20911/21799024v15n1p19/2024

Cuidado pastoral à luz da analítica do poder de Michel Foucault: problematizando uma prática política de governo das condutas

Pastoral care in the light of Michel Foucault's analysis of power: problematizing a political practice of governing behavior

Renato Carvalho de Oliveira¹

Resumo: Nos estudos de Michel Foucault sobre a matriz de poder que constitui os sujeitos do Ocidente, o poder pastoral, o cuidado aparece atribuído a líderes religiosos e políticos na pré-cristã *metáfora do pastor*. O poder pastoral é precisamente conduzir para um objetivo e, a um só tempo, intermediar a condução. Em decorrência disso, o cuidado emerge como uma prática de pastoreio. A hipótese do presente texto é que o cuidado concerne a uma prática paradoxal de poder, já que pode satisfazer necessidades e limitar a autonomia em situações-limite, para governar condutas. Nosso objetivo principal é a problematização da prática de cuidado desde a analítica do poder. Primeiramente, situaremos o poder pastoral na *analítica do poder*; em seguida, analisaremos a emergência do cuidado no pastorado oriental; na continuidade, faremos uma síntese dos traços distintivos do poder pastoral, ressaltando o cuidado como prática de governo; e, por fim, problematizaremos o paradoxo do cuidado na vida quotidiana. Na conclusão, apontaremos para o funcionamento paradoxal do cuidado, que, por um

¹ Mestrado em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; Doutorando em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas, com bolsa Capes. E-mail: renatoamd@protonmail.com.

lado, inibe a autonomia dos sujeitos, e que, por outro lado, os promove como sujeitos social e politicamente autônomos.

Palavras-chave: Analítica do poder; Poder pastoral; Cuidado; Autonomia.

Abstract: In Michel Foucault's studies on the matrix of power that constitutes Western subjects, pastoral power, or care, is attributed to religious and political leaders within the pre-Christian metaphor of the shepherd. Pastoral power precisely involves guiding towards a goal while simultaneously mediating that guidance. Consequently, care emerges as a practice of shepherding. The hypothesis of this text is that care pertains to a paradoxical practice of power, as it can satisfy needs and limit individual autonomy in extreme situations, with the aim of governing conduct. Our main objective is to problematize the practice of care from the perspective of power analytics. First, we will situate pastoral power within the analytics of power; next, we will analyse the emergence of care in Eastern pastoral practices; following this, we will synthesize the distinctive traits of pastoral power, highlighting care as a practice of government; finally, we will problematize the paradox of care in everyday life. In conclusion, we point to the paradoxical functioning of care, which, on one hand, inhibits the autonomy of subjects, and, on the other hand, promotes them as socially and politically autonomous subjects.

Keywords: Analytics of Power; Pastoral Power; Care; Autonomy.

Introdução

Até o século XX, nenhum/a autor/a se preocupou em tecer uma crítica filosófica de viés político acerca do tema *cuidado*. É Foucault quem problematiza a ação de cuidar. Se a problematização analítica é a distância do pensamento perante condutas assumidas para pensar criticamente sobre elas, então, nossa hipótese versa sobre o cuidado pastoral como prática paradoxal de poder, já que pode limitar e potencializar a autonomia, a ação livre dos sujeitos.

Para tanto, destacaremos os seguintes elementos no texto: (a) a relevância do poder pastoral na analítica do poder, por ser um conceito da pesquisa de Foucault sobre a história da governamentalidade do Estado moderno; (b) a análise política do pastorado no Oriente pré-cristão, para se demonstrar o contexto de emergência do cuidado como prática de governo; (c) o perfil do poder pastoral, ressaltando-se que o cuidado se opera na ação de cuidar das necessidades de indivíduos e grupos; e (d) o paradoxo do cuidado em nossa vida quotidiana, a fim de se ponderar que a arte de cuidar pode potencializar como inibir a autonomia das pessoas.

1. O poder pastoral na analítica do poder²

A abordagem foucaultiana do poder no Ocidente se resume a uma expressão muito cara nos estudos de Michel Foucault, sobretudo, em *Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir* designada por ele de “analítica do poder” (FOUCAULT, 2013, p. 107). Trata-se de “[...] definir o domínio específico das relações de poder e determinar os instrumentos que podem ser utilizados para analisá-lo” (FOUCAULT, 2013, p. 107). Cabe esclarecer que “O domínio das relações de poder são os lugares da ação do poder, a exemplo dos corpos e da conduta dos sujeitos” (OLIVEIRA; SUREKI, 2024, p. 112).

João Paulo Ayub (2014, p. 11) declara que “O objetivo da análise sempre será, portanto, o sujeito enquanto efeito das relações de poder”. Ou seja, a analítica do poder consiste em um procedimento filosófico, cuja finalidade é fazer uma análise crítica do poder vivido, que se exerce como práticas – discursivas e não discursivas – nas relações de poder ou relações de forças. O sujeito produzido pelo poder é o objetivo central da analítica de Foucault.

Tendo clareza do procedimento analítico, Foucault pôde se opor à busca abstrata de formular uma teoria do poder, como já havia ocorrido na tradição ocidental da filosofia política. É por isso que em outro texto de 1971 *Nietzsche, la genealogie, l’histoire*, Foucault dá a entender que sua análise do poder é herdeira da genealogia nietzscheana, a qual se opõe “à pesquisa da ‘origem’” (FOUCAULT, 1994, p. 137), isto é, à pesquisa metafísica.

Isso significa dizer que assim como Nietzsche se recusou a realizar um estudo metafísico, cujo objetivo fosse buscar a origem da razão, da verdade e da liberdade, Foucault se negou a fazer uma abordagem metafísica na genealogia, cuja finalidade fosse dizer o que é o poder em essência. A este respeito, Edgardo Castro (2011, p. 134) esclarece o interesse do autor: “Em lugar de interrogar-se acerca dos fundamentos ou da legitimidade do poder, Foucault se interessa por seu funcionamento”. A analítica do poder não pretende dizer qual é o fundamento, a substância, a essência do poder no Ocidente, mas abordar como o poder funciona e, por isso, é comum encontrarmos, na obra de Foucault, expressões do tipo *relações de poder e práticas*.

Não se trata, aqui, de formular uma teoria do poder ao modo dos contratualistas modernos, sobretudo, Thomas Hobbes, que presumia o poder como uma propriedade, “como se fosse algo que alguns possuem e outros não” (AYUB, 2014, p. 22). O objeto da analítica do poder são as relações de poder e o que elas produzem: os seus efeitos, o sujeito ocidental. Se o domínio do poder são os lugares de sua ação, a saber, o corpo e a conduta dos sujeitos, então, Foucault preferiu dizer como funciona o poder no cotidiano do Estado, da economia, da sociedade, da política, das ciências, e, principalmente, da religião, que é o escopo da nossa pesquisa. Justifica-se, pois, o interesse do autor por analisar uma prática de poder que age sobre os corpos e os comportamentos, o poder pastoral.

2 Todas as citações e referências às obras e artigos em francês que foram traduzidas para o português são de responsabilidade do autor. Com isso se evita as exaustivas repetições do adendo explicativo “tradução nossa”.

Foucault dedicou vasta pesquisa ao poder pastoral. Este, por sua vez, aparece em vários escritos foucaultianos como a matriz ocidental do poder de governar os outros. A noção de *governo* é o ponto de partida da analítica do poder pastoral. Primeiro, a ideia de governo aparece pela primeira vez no curso de 1978, *Sécurité, territoire, population*, quando o professor analisa o século XVI. O objetivo desse curso é compreender a relação de poder do Estado sobre a população, a partir de uma genealogia do governo. Em segundo lugar, a genealogia do governo remete a como o poder se exerce entre os povos do Oriente Antigo: Egípcios, Assírios, Mesopotâmicos e Hebreus. O modelo de poder que age governando designa-se poder pastoral.

Outra questão importante e que está atrelada ao poder pastoral é a categoria de cuidado. O cuidado foi examinado com ênfases distintas, em cursos que abordam o conceito de *governo*, seja ligado à política moderna, seja atrelado às religiões, seja articulado com a filosofia greco-romana. Em *Sécurité, territoire, population* (curso de 1978) e em *Du gouvernement des vivants* (curso de 1980), o enfoque do cuidado é governar os outros (FOUCAULT, 2004; 2012). Ou seja, cuidar dos outros é a arte de dirigir condutas para um fim de poder. A partir de *L'Herméneutique du sujet* (curso de 1982) e de cursos posteriores, o cuidado aparece com outra ênfase, isto é, como *cuidado de si* (FOUCAULT, 2001). É uma categoria ética que corresponde à noção de *governo de si*, a qual representa a capacidade de a pessoa ser regente da própria vida.

A título de esclarecimento, Salma Tannus Muchail informa que, no curso de 1982, Foucault distingue quatro momentos do *cuidado de si*: a origem filosófica em Platão, a cultura de si na filosofia helenística, a má interpretação de historiadores clássicos da filosofia (MUCHAIL, 2011, p. 45-48) e a substituição do cuidado de si pelo conhecimento do sujeito substância, do *Cogito ergo sum*, de René Descartes (MUCHAIL, 2011, p. 59-60).

O momento platônico é onde consta a origem filosófica do cuidado de si (*epimeleoû heatoû*) que sustenta o conhecimento de si (*gnôthi seautón*), em Alcebiades. O momento da cultura de si é o das Escolas epicurista e estoica. Trata-se de estar atento à própria casa, a partir de atos de conhecimento, como examinar-se, recolher-se em si próprio, converter-se a si mesmo. E a partir de atitudes consigo mesmo, como ter relações de autodomínio, isto é, ser mestre de si mesmo, e de prazer consigo próprio, ou seja, estar satisfeito consigo (MUCHAIL, 2011, p. 45-47).

O momento de desprestígio moral do cuidado de si adveio de uma tradição de historiadores clássicos da filosofia (Émile Bréhier, Pierre Aubenque, Festugière) que interpretaram as expressões morais do momento helenístico como conduta egoísta e individual (MUCHAIL, 2011, p. 51). Essa visão negativa foi contestada no século XX por Louis Robert, Paul Veyne, Pierre Hadot e Michel Foucault. Esses dois últimos recuperam o sentido positivo do cuidado de si. Cuidar de si supõe uma concepção de filosofia associada à noção de sujeito. Filosofia é uma prática de vida que altera o sujeito (MUCHAIL, 2011, p. 52). O sujeito é aquele que é transformado pela prática de vida. E o momento cartesiano que desprestigia moralmente o cuidado de si, pois substitui o sujeito (construído)

do cuidado de si pelo sujeito (substância) do conhecimento (MUCHAIL, 2011, p. 59).

Foucault chega ao problema do poder pastoral, a partir de duas perguntas metodológicas. Para que estudar a governamentalidade? A resposta é: “[...] para abordar o problema do Estado e da população” (FOUCAULT, 2004, p. 120). O pensador francês busca entender a relação de poder do Estado com a população, no século XVI, como arte de governo visada pelos mercantilistas, no século XVII, e pelos economistas fisiocratas, no século XVIII. A segunda pergunta é: por que abordar o Estado e a população pelo viés da governamentalidade? A resposta é: porque o método genealógico exige substituir o “institucional-centrismo” pela “tecnologia de poder” (FOUCAULT, 2004, p. 120). Isto é, fazer a genealogia do governo é descobrir a racionalidade de poder exercida pelo Estado. Isso implica mapear as estratégias e táticas da tecnologia de poder exercidas pela instituição estatal. E acarreta tanto a recusa do objeto dado pela instituição quanto traz à tona o objeto escondido: os dispositivos de controle constitutivos do poder-governo (FOUCAULT, 2004, p. 120-122).

A partir daí, Foucault incumbe-se de selecionar uma literatura que vai das fontes clássicas da cultura grega, da cultura pré-cristã, às fontes primeiras do Cristianismo. O novo objetivo de pesquisa é fazer a genealogia da governamentalidade, isto é, das práticas de condução³. O autor busca, através da literatura antiga dos gregos, das sociedades orientais (Egípcios, Babilônicos, Assírios, Hebreus) e dos cristãos, fazer uma análise mais completa do conceito de *governo*. Nesse trajeto analítico, Foucault constata uma forma de poder que é o governo dos outros, o qual se exerce como condução de condutas para um fim determinado. Descobre, pois, o poder pastoral. O problema do governo pastoral (governo dos outros) será introduzido no curso de 1978 em cinco aulas⁴ e aprofundado no curso de 1980, correlacionado a outro problema de pesquisa, a saber: *a relação do sujeito com a verdade*.

Nas aulas de 1978, Edgardo Castro sublinha a ocorrência de uma travessia para os temas do governo e da governamentalidade. Foucault começa o curso abordando os problemas da população e do território, no século XVIII, e as teorias econômicas dos mercantilistas e fisiocratas. E, finalmente, ao tratar do conceito de *governo*, na *Leçon du 8 février 1978*, o filósofo introduz “[...] o problema do poder pastoral no pensamento grego e nas práticas cristãs” (CASTRO, 2017, p. 109). Por outro lado, é na *Leçon du 15 février 1978* que o professor

3 Segundo Edgardo Castro (2017), as primeiras definições da governamentalidade encontram-se em autores da razão de Estado (Maquiavel, Guillaume de La Perrière, François de La Mothe Le Vayer, Giovanni Botero, Giovanni Antonio Palazzo, G. Naudé, B. Chemnitz, Richelieu, Mazarin). Consta em teóricos do mercantilismo do século XV-XVIII na França, Inglaterra, Espanha, Portugal, em teóricos da fisiocracia (François Quesnay), em teóricos do cameralismo do século XVII-XVIII na Alemanha, em teóricos da polícia do século XVI-XVIII (Turquet de Mayerne, Hohenthal, Johann von Justi, Delamare, Guillaudé). E em teóricos do liberalismo (John Locke, David Hume, Adam Smith) e do neoliberalismo (Escola de Friburgo: W. Eucken, F. Bohm, A. Muller-Armack, F. von Hayek; e Escola de Chicago: F. von Hayek, Milton Friedman, L. H. E. von Mises). O tema geral dessa literatura, em diferentes períodos, é mostrar que o poder se exerce em forma de economia, como um conjunto de ações sobre ações dos outros (CASTRO, 2017).

4 Começa na *Leçon du 1^{er} février*, continua na *Leçon du 8 février*, *Leçon du 15 février*, *Leçon du 22 février*, *Leçon 1^{er} du mars* e *Leçon 8 du mars* 1978. Essas aulas versam sobre a pastoral cristã e como esta instituição é justificada em textos da literatura patristica.

tem maior clareza do alcance de sua pesquisa acerca do governo, pois explicita a necessidade de fazer-se a história do pastorado. Vejamos no trecho seguinte:

Gostaria [...] de observar que essa história do pastorado [...] parece-me que [...] nunca foi realmente feita. Fez-se a história das instituições eclesásticas. Fez-se a história das doutrinas, das crenças, das representações religiosas. Fez-se também a história, procurou-se fazer a história das práticas religiosas reais, a saber: como, quando as pessoas se confessavam, comungavam, etc. Mas a história das técnicas empregadas, a história das reflexões sobre essas técnicas pastorais, a história do seu desenvolvimento, da sua aplicação, a história do seu aperfeiçoamento sucessivo, a história dos diferentes tipos de análise e de saber ligados ao exercício do pastorado, parece-me que isso nunca foi realmente feito (FOUCAULT, 2004, p. 153-154).

Ainda que justifique a urgência de fazer a história do pastorado, a partir da análise de técnicas pastorais, Foucault (2004, p. 169) considera sua pesquisa sobre o tema como *vaguíssimo esboço, trabalho em andamento*, ou mesmo *pistas possíveis*. Ainda não faz uma história em sentido amplo, mas atém-se à analítica do poder pastoral, quando analisa o cuidado, como principal técnica do pastorado oriental e do pastorado cristão. A novidade da pesquisa foucaultiana sobre o assunto é que o poder pastoral denota uma matriz de poder de governo das condutas. O que foi entendido por Foucault, em sua análise do pastorado cristão e do pastorado moderno, como arte de governar condutas individuais e coletivas.

A próxima seção deter-se-á na analítica do pastorado somente no Oriente pré-cristão, passando de sobrevoo pelos babilônicos, egípcios, assírios, mas priorizando os hebreus, que compõem o enredo religioso do poder pastoral. Não é escopo deste artigo mostrar as divergências entre pastorado hebraico e cultura grega. Em seguida, apuraremos os resultados dessa analítica do pastorado pré-cristão, delimitando traços principais do poder pastoral, à luz de uma interpretação da metáfora do pastorado hebraico, a do Deus-pastor que conduz seu rebanho.

2. O poder pastoral no Oriente pré-cristão

Foucault constata que a gênese do governo de pessoas é pré-cristã, visto que sociedades orientais utilizaram uma ideia equivalente, que é o cuidado dos outros, representado na condução do rebanho pelo pastor.

[...] a ideia de um governo dos homens é uma ideia cuja origem deve ser buscada no Oriente, num Oriente pré-cristão primeiro, e depois no Oriente cristão. E isso sob duas formas: primeiramente, sob a forma da ideia e da organização de um poder de tipo pastoral, depois sob a forma da direção de consciência, da direção das almas (FOUCAULT, 2004, p. 127-128).

Em concordância com Foucault, César Candiottto (2008) ressalta que os primeiros vestígios do poder pastoral aparecem em civilizações do Oriente pré-

-cristão, na região do Mediterrâneo. Já havia uma prática de poder pastoral que se baseava na imagem do *pastor de homens*, muito difundida em antigas sociedades orientais.

No Oriente, o título de *pastor dos homens* refere-se à relação dos deuses cultuados com povos que os cultuam. Um exemplo é a frase retirada de um hino ao deus Amon Rá: "Ó Rá, que velas quando todos os homens dormem, que procuras o que é benéfico para teu rebanho..." (BARUCQ, A.; DAUMAS, F., p. 198 *apud* FOUCAULT, 2008, p. 128). Esse trecho evidencia que o deus egípcio é o pastor da humanidade, pois conduz as pessoas por todos os caminhos. Rá é um deus, entre outros deuses orientais, que vela pelo povo-rebanho e por cada indivíduo-ovelha (FOUCAULT, 2004, p. 128). A divindade tem o encargo de vigiar o rebanho, no sentido de não deixar nada de ruim acontecer com o povo e de garantir que tudo ocorra da melhor forma com cada um de seus membros.

Além disso, o título de pastor dos homens atribui-se ao rei, tanto nos antigos egípcios⁵ quanto nos babilônicos⁶ e nos assírios⁷, o que consta no hino assírio: "Companheiro resplandecente que participas do pastoreio de Deus, tu que cuidas do país e que o alimentas, ó pastor da abundância" (SEIBERT, I., p. 7-9 *apud* FOUCAULT, 2008, p. 128). O rei participa do pastoreio divino, porque o deus-pastor confiou-lhe o povo-rebanho para ser conduzido. O dever do rei é garantir o sustento do rebanho confiado, à medida que conduz o grupo humano.

Visto que o rei é o pastor subalterno, os antigos egípcios e babilônicos são exemplos de povos para os quais o rei é o chefe político que deve receber o título de pastor dos homens, em rituais de posse do trono, conforme o trecho seguinte:

O faraó, por exemplo, [...] na cerimônia da sua coroação, recebe as insígnias de pastor. Dão-lhe o cajado do pastor e declaram que ele é efetivamente o pastor dos homens. O título de pastor dos homens faz parte da titulação real dos monarcas babilônicos (FOUCAULT, 2008, p. 128).

Embora Foucault não explicita, essa passagem retrata a conhecida hipótese da teocracia. Trata-se de um sistema político em que o governo do rei legitima-se no poder divino. Isso pressupõe que, no modelo pastoral de poder, o rei legítimo é aquele que recebe da divindade o poder de conduzir o povo-rebanho (FOUCAULT, 2004, p. 128). As cerimônias de coroação ratificam que a origem do exercício do poder político, na antiguidade oriental, está no poder divino. O rei exerce poder sobre os súditos, assim como o deus cultuado governa o povo. O pressuposto é que, para exercer o poder sobre outros, o rei deve receber da divindade o encargo de pastorear o rebanho, de governar o povo. A imagem de pastor-rebanho simboliza a relação do deus com o povo e do rei com os súditos.

5 Conforme a nota 23, da *Leçon du 8 février 1978*, somente a partir da 12ª Dinastia, no Médio Império, no começo do segundo milênio, que os faraós foram denominados de pastores do povo egípcio (FOUCAULT, 2004, p. 136).

6 De acordo com a nota 24, da *Leçon du 8 février 1978*, a designação do rei como pastor remete-se a Hamurabi (1810-1750 a. C.) (FOUCAULT, 2004, p. 136).

7 De acordo com a nota 24, da *Leçon du 8 février 1978*, a maioria dos reis assírios, até Assurbanípal (669-626), adota a tradição de designar o rei de pastor de homens (FOUCAULT, 2004, p. 136).

Bartolomé Ruiz (2016, p. 8) postula que a proveniência do poder pastoral remonta à figura do rei-pastor, utilizada por várias civilizações orientais (Babilônia, Assíria, Suméria, Egito, Pérsia): “A imagem do rei pastor era muito mais que uma metáfora, representava uma forma de exercício do poder. O rei pastor simbolizava um tipo de poder específico perpassado pela relação de cuidado com o rebanho” (BARTOLOMÉ RUIZ, 2016, p. 4). Aqui, Bartolomé Ruiz ressalta uma hipótese implícita na analítica do poder pastoral: a noção de que o rei-pastor representa um modo de exercer o poder político, comum às referidas sociedades arcaicas do Oriente (Bartolomé Ruiz, 2016, p. 8).

Ademais, Bartolomé Ruiz (2016, p. 5) entende que “O rei-pastor governa o rebanho cuidando das suas necessidades”. O poder pastoral constitui-se de um paradoxo, pois governa as ovelhas, à medida que cuida das necessidades do rebanho. O cuidado das necessidades é, por isso, condição para governar os outros na direção que se quer. Esse paradoxo vai desenvolver-se também nos hebreus, como veremos em seguida. O povo hebraico também desenvolveu a imagem de que o pastor é aquele que cuida das necessidades do rebanho e o protege dos perigos. Na literatura bíblica⁸, o título de Pastor⁹ é conferido somente ao Deus dos hebreus. E alguns líderes e profetas recebem de Deus o povo que a Ele deve regressar. Os maus pastores são os reis, que traem a Deus, pois não cuidam do rebanho¹⁰. Aqui, o poder pastoral se exerce por uma técnica de governo, o cuidado como zelo.

César Candiottto enfatiza que a noção de governo entre os hebreus denotava “[...] exclusivamente a condução de Deus sobre seu Povo (com exceção do Rei Davi). Considerado o único e verdadeiro Pastor, somente Deus exerce perfeitamente seu governo. O guia humano é apenas intermediário de tal pastoreio” (CANDIOTTO, 2008, p. 93). Na literatura bíblica, há exemplos de situações em que se destaca a condução da divindade hebraica. O livro do Gênesis indica que a divindade cultuada por Abraão dá o encargo ao patriarca de liderar a saída dos hebreus de Ur (Caldeia) até a terra prometida, Canaã. Nesse caso, a analítica do poder pastoral sugere que a peculiaridade do pastoreio hebraico consiste em que “[...] a relação pastor-rebanho é [...] fundamentalmente [...] uma relação religiosa. As relações entre Deus e seu povo é que são definidas como relações entre um pastor e seu rebanho” (FOUCAULT, 2004, p. 128).

Para Foucault (2004, p. 130), o Deus bíblico representa o pastor hebraico que mostra a direção para o povo seguir, sobretudo, no momento em que os

8 Consoante a nota 29, da *Leçon du 8 février 1978*, o título de pastor do rebanho é conferido somente a Deus pelos textos de II Samuel, Salmos 78, 70-72, em que Deus confia a Davi a função de cuidar/pastorear o povo de Israel e Davi designa o povo de rebanho. Também aparece nos escritos proféticos Ezequiel, em que Davi recebe a função de reinar sobre o povo de Israel e que Deus será o único pastor do povo. O título de pastor também aparece em Isaías 44 e Jeremias 25, para designar os reis pagãos (Ciro) (FOUCAULT, 2004, p. 137).

9 Na nota 30, *Leçon du 8 février 1978*, a referência de Michel Foucault é W. Jost, *Poïmen*, o qual encontrou as ocorrências da palavra pastor, atribuídas apenas a Deus, no sentido de guiar, conduzir, recolher, levar ao pasto, nos livros de Gênesis 48, Salmos 23 e 80, Isaías 40, Jeremias 31, Ezequiel 34, Zacarias 11 (FOUCAULT, 2004, p. 137).

10 Em nota de número 31, da *Leçon du 8 février 1978*, Michel Foucault cita os profetas Jeremias 17 (que tem uma tradução contestada a respeito do trecho em que toca aos profetas devolverem a Deus o povo rebanho) e Amós 1. Na nota 32, da mesma aula, o filósofo fundamenta-se em Isaías 56, Jeremias 2, Ezequiel 34, Zacarias 10, os quais chamam a atenção para o dever de os líderes cuidarem do povo de Israel. E cuidar é fazer o rebanho pastar, acompanhar as ovelhas enfraquecidas e as doentes, curar as feridas e recuperar as desgarradas, e não dominá-las com violência e rigidez (FOUCAULT, 2004, p. 137).

hebreus saem das muralhas e seguem em direção às campinas férteis. O próprio livro do Êxodo, citado por Foucault, realça essa ideia: “Tu conduziste com fidelidade esse povo que resgataste, tu o levaste com tua força aos pastos da tua santidade” (ÊXODO *apud* FOUCAULT, 2004, p. 130). O pastorado hebraico emerge como uma relação religiosa entre o Deus da Bíblia e o povo hebreu. O pastor exerce o poder de conduzir o rebanho. E o rebanho submete-se à ação de ser conduzido pelo pastor.

Na próxima seção, o poder pastoral será entendido como uma forma de poder que se exerce sobre todos e cada um. Veremos em que medida o cuidado é um paradoxo do poder de governar os outros, quando traçarmos as características analíticas do poder pastoral, exercido no Oriente pré-cristão, à luz da metáfora pastoral, sobretudo, referido ao pastor hebraico.

3. Perfil do poder pastoral à luz da metáfora do pastor hebraico

Na analítica do poder pastoral, Foucault identificou que, em todo o Oriente Mediterrâneo, sobretudo, no Egito, na Assíria, na Mesopotâmia e entre os hebreus, opera a seguinte metáfora pastoral: “Que o rei, o deus ou o chefe seja um pastor em relação aos homens, que são como seu rebanho” (FOUCAULT, 2004, p. 128). Em antigas monarquias teocráticas, egípcias, assírias, babilônicas, o rei era designado como pastor de homens. Nesse caso, o vínculo entre os deuses e seus monarcas, bem como entre os reis e o seu povo era uma relação de pastorado. Os deuses e os reis são pastores dos homens, os deuses confiam aos cuidados dos reis o seu rebanho (FOUCAULT, 2004, p. 128).

No caso do pastor hebraico, “O deus [hebreu] é o pastor dos homens” (FOUCAULT, 2004, p. 128). Entre os hebreus, “a relação pastor-rebanho é [...] religiosa” (FOUCAULT, 2004, p. 128). Ou seja, “As relações entre Deus e seu povo é que são definidas como relações entre um pastor e seu rebanho” (FOUCAULT, 2004, p. 128). Assim, o pastorado hebraico consiste em o Deus dos hebreus conduzir o povo de Israel à terra prometida, governar um rebanho em movimento para um fim de governo. Nesse caso, a condução divina opera-se no contexto em que o povo hebreu desloca-se de um lugar para outro, em busca de subsistência e fugindo da dominação política. Na relação do pastor com o rebanho, há uma forma de ação do pastor, em relação ao rebanho, e um modo de ação do rebanho, em relação ao pastor.

Na metáfora pastoral, o poder se exerce como prática totalizante e individualizante, porque o pastor é aquele que cuida do grupo e dos indivíduos. Cuidar aparece como ação benfazeja do poder de conduzir cada ovelha e todo o rebanho a uma finalidade de governo. Contudo, se a analítica do poder é “uma atitude filosófica que consiste em *problematizar* saberes e práticas” (AYUB, 2014, p. 19, grifo do autor), o cuidado problematizado passa a ser visto como uma técnica paradoxal de condução dos outros: satisfaz as necessidades de quem precisa, mas inibe a autonomia dos sujeitos. E por problematização entende-se, aqui, o que Philippe Chevalier propõe: “[...] o momento em que o pensamento

se afasta de uma determinada conduta e reflete sobre ela de uma nova maneira” (CHEVALIER, 2011, p. 13).

Se a analítica do poder nos permitiu identificar no pastorado pré-cristão uma ocorrência religiosa da ação do poder de governar corpos e condutas para uma finalidade de poder, então, resta-nos saber as conclusões de Foucault sobre o poder pastoral. Com a licença analítica, designamos essas sínteses do autor de características que perfilam o poder pastoral no Oriente pré-cristão e que foram assumidas em análises posteriores a respeito do pastorado cristão e da modernidade, que não compõem o escopo do presente artigo.

Uma característica do poder pastoral concerne a *agir sobre o rebanho e não sobre o território*, se exerce sobre uma *multiplicidade em movimento* (FOUCAULT, 2004, p. 129). Em primeiro lugar, ao povo, o Deus-Pastor propõe acreditar numa promessa: “Deus dá, ou promete, uma terra a seu rebanho” (FOUCAULT, 1994, p. 138). Mesmo que o território seja um bem prometido, a ênfase da relação pastor-rebanho reside no governo do povo-rebanho pelo Deus-Pastor. O pastor hebraico não governa uma cidade, um Estado, uma terra, mas um conjunto de indivíduos. O poder pastoral age sobre um rebanho de pessoas e não sobre um território político.

Bartolomé Ruiz esclarece que “O governo é mais eficiente quanto maior for a identificação dos governados com as metas do governo e, desse modo, provocar a sua adesão voluntária” (BARTOLOMÉ RUIZ, 2016, p. 6). O governo pastoral é efetivo, quando existe adesão voluntária dos sujeitos à proposta de quem os conduz. Assim, quem conduz indivíduos para uma direção exerce poder pastoral. Contudo, o que faz de alguém uma ovelha ou de um grupo de pessoas um rebanho dócil, não é apenas a ação de dirigi-los, é também a sujeição espontânea à condução pastoral; é a cooperação voluntária de todos com o poder que faz emergir a subjetividade governada e a subjetividade governante.

A segunda característica do poder pastoral é *visar à salvação do rebanho e das ovelhas* (FOUCAULT, 2004, p. 130). O pastor salva o rebanho, à medida que protege a todos das ameaças e quando garante o alimento quotidiano do povo. O pastor prevê a sede, a fome, os perigos diários. E busca conduzi-lo a boas pastagens e reuni-lo no curral¹¹. A salvação refere-se aos “[...] meios de subsistência” (FOUCAULT, 2004, p. 130). Trata-se da alimentação abundante, da proteção dos perigos, da saúde. Bartolomé Ruiz entende que a “Salvação significa oferecer a melhor vida possível para as ovelhas, defendendo-as de todos os perigos” (BARTOLOMÉ RUIZ, 2016, p. 9). Salvar é cuidar da existência do grupo da forma mais viável.

11 Mário de França Miranda (2016) concebe que, no Primeiro Testamento, a salvação é libertação nacional e posse da terra. Somente no século VI – período da monarquia – a salvação tornou-se uma exigência moral na pregação dos profetas (Oseias, Jeremias, Sofonias, Ezequiel) que questionavam a política externa asoberbada dos governantes hebraicos. A salvação desloca-se da ideia de libertação nacional e aquisição da terra para a noção de relação com Deus e fidelidade à Lei divina. Ainda declara que, no primeiro período da história de Israel, “A salvação é vista como uma libertação nacional, política e social, graças à ação de Deus e atualizada na celebração litúrgica. Portanto libertação e dom da terra constituem o pequeno credo de Israel (Dt 26, 5-9). Salvação, não individual, mas nacional e comunitária, e completamente terrestre” (MIRANDA, 2016, p. 19). Juan Luis Segundo (1977) acrescenta que o conceito hebraico de salvação é o livramento de um mal ou a saída de uma má situação. A salvação bíblica é a libertação dos males da existência terrestre, pois, entre os hebreus, a vida no outro mundo ainda não estava em pauta (SEGUNDO, 1977).

Se o pastor busca “[...] assegurar a salvação de seu rebanho” (FOUCAULT, 1994, p. 138), o poder pastoral é totalizante, pois visa à salvação de todo o grupo; e é individualizante, pois cada ovelha deve ser salva (FOUCAULT, 2004, p. 132). O pastor salva, à medida que cuida da vida geral do rebanho e da vida particular das ovelhas. Para Foucault (1994, p. 138-139), o cuidado é uma técnica que se exerce constantemente, já que o pastor vela pelo sustento do rebanho, provê o alimento para matar a sede e a fome do grupo. É uma técnica individualizada, pois o pastor trabalha para que cada ovelha seja salva e recuperada¹². O cuidado tem finalidade, visto que o pastor conduz o rebanho para boas pastagens ou o reúne no curral.

Consoante ao pensamento foucaultiano, Laura Bazzicalupo afirma que o poder pastoral tem uma finalidade: “[...] o fim é a salvação física e espiritual dos governados” (BAZZICALUPO, 2017, p. 65). A salvação não é somente garantir a subsistência do rebanho; é, sobretudo, um fim de governo da conduta dos outros. É uma justificativa implícita de poder, a fim de governar indivíduos. Portanto, o poder pastoral legitima a si próprio, a partir da finalidade a que se propõe. Assim, se o paradoxo do poder pastoral é preocupar-se com a melhor vida do rebanho e das ovelhas, e, ao mesmo tempo, conduzi-los para esse fim, então a salvação é um fim de governo que opera sobre os indivíduos e sobre o grupo.

O importante é reter que a técnica do cuidado implica governar os outros para uma finalidade. O governo dos outros depende de uma meta de poder, isto é, busca oferecer vantagens, a fim de obter a cooperação dos governados com a arte de governar. Cuidar implica conduzir, dirigir, guiar para um objetivo que promete benesses a cada um individualmente e a todos como grupo. Sem uma finalidade de poder, que justifique a ação do cuidado de alguém sobre as necessidades de outrem, não existe poder pastoral.

A terceira característica do poder pastoral no mundo hebraico consiste no *dever do pastor de responsabilidade direta pelas ovelhas* (FOUCAULT, 2004, p. 131). O poder, para o pastor, comporta o dever de responsabilizar-se pelas ovelhas. Essa ação responsável opera-se como técnica do cuidado, atrelada à noção de vigília. O cuidado pastoral é uma ação de vigilância sobre os outros. É uma atenção constante para com o rebanho e para com as ovelhas; é um devotamento que leva o pastor a justificar o dever de cuidar das ovelhas, através da ideia de que “Tudo o que o pastor faz ele faz pelo bem de seu rebanho” (FOUCAULT, 1994, p. 139).

O pastor considera uma dívida que ele tem com as ovelhas, e essa dívida só é paga quando ele realiza a vigília. A categoria de vigília abarca duas outras: a ideia de que o pastor trabalha pelo bem individual das ovelhas, isto é, que as conduz para as boas pastagens; e a noção de que o pastor vela pelo bem geral do rebanho (FOUCAULT, 1994, p. 139). Ou seja, conhece as necessidades particulares de cada membro e as necessidades gerais do grupo.

12 A respeito dessa característica do pastorado hebraico, existe uma conferência de 1981, em que Foucault fundamenta melhor a ideia com uma fonte hebraica: “Um comentário rabínico sobre o Êxodo explica por que Yahwé fez de Moisés o pastor de seu povo: ele devia abandonar seu rebanho para partir em busca de uma única ovelha perdida” (FOUCAULT, 1994, p. 138).

De um lado, o pastor dedica-se ao serviço das ovelhas: “O pastor está a serviço do rebanho, deve servir de intermediário entre ele e os pastos, a alimentação, a salvação, o que implica que o poder pastoral, em si, é sempre um bem” (FOUCAULT, 2004, p. 132). Essa passagem manifesta a posição crítica de Foucault à técnica do cuidado, no sentido de que, quando alguém governa a outrem, a justificativa para exercê-lo é sempre um bem proposto aos governados. O poder pastoral busca, na atitude do serviço, da solicitude às necessidades do indivíduo e do grupo, uma explicação para governar os outros.

Bazzicalupo enfatiza que o exercício do “[...] governo é serviço. Governar é servir, atuar o plano de salvação” (BAZZICALUPO, 2017, p. 67). O serviço caracteriza-se pelo trabalho constante de salvar a todos e a cada um. Para o pastor, a vigilância das ovelhas é sinônimo de atenção individualizada, zelo particularizado prestado a elas.

O pastor é aquele que zela. ‘Zelar’, é claro, no sentido de vigilância do que pode ser feito de errado, mas principalmente como vigilância a propósito de tudo o que pode acontecer de nefasto. Ele vai zelar pelo rebanho, afastar a desgraça que pode ameaçar qualquer animal do rebanho. Vai zelar para que as coisas corram o melhor possível para cada um dos animais do rebanho. É assim no caso do Deus hebraico [...] (FOUCAULT, 2004, p. 131).

O zelo, a atenção detalhada ao grupo e ao indivíduo, permite distinguir, na tradição hebraica, o bom pastor do mau pastor. É Foucault quem estabelece a diferença no trecho:

O mau pastor é aquele que só pensa no pasto para o seu próprio lucro, que só pensa no pasto para engordar o rebanho que poderá vender e dispensar, enquanto o bom pastor só pensa no seu rebanho e em nada além dele. Não busca nem seu proveito próprio no bem-estar do rebanho. Toda a preocupação do pastor é uma preocupação voltada para os outros, nunca para ele mesmo. Está aí, precisamente, a diferença entre o mau e o bom pastor (FOUCAULT, 2004, p. 132).

O mau pastor é um mercenário, cuida das ovelhas, para obter ganhos. É aquele que conduz o rebanho às pastagens, para engordá-lo, comercializá-lo e descartá-lo, em vista do próprio lucro. O mau pastor suga a vida e a força das ovelhas, para garantir a própria sobrevivência. Bartolomé Ruiz diferencia o modelo de bom pastor do exemplo de mau pastor.

O bom pastor é aquele que procura o melhor para o rebanho, condu-lo para as melhores pastagens, defende-os de todos os perigos. O pastor exerce um poder positivo de cuidado do rebanho, assumindo para si a responsabilidade das necessidades do rebanho. Esse é o modelo do bom pastor. Nas diversas literaturas da época, constata-se que aqueles que se utilizam do poder para aproveitar-se do rebanho são os maus pastores. Os que descuidam do rebanho, não se preocupam ou inclusive maltratam, são modelos de maus pastores (BARTOLOMÉ RUIZ, 2016, p. 5).

O bom pastor é aquele que tem a capacidade de zelar pelas ovelhas. Dedica-se a proteger o rebanho. Cura as feridas. Recupera as desgarradas. Afasta delas os perigos. Preocupa-se apenas com as ovelhas e se põe a serviço delas. Já o mau pastor é aquele que explora as ovelhas; não se preocupa com o bem delas e até abandona o rebanho.

Essa bipolaridade do poder pastoral, representada na imagem do bom e do mau pastor, será reintroduzida na política moderna, através da tecnologia de poder da biopolítica. O pastor reaparecerá na biopolítica, como modelo paradoxal de poder governamental das populações. Um poder, baseado na relação de utilidade entre governante e governado. O bom pastor corresponde ao Estado moderno que vai cuidar paradoxalmente de uma população, enquanto da vida dela pode se utilizar para aumentar a própria força estatal. O mau pastor também refere-se ao Estado moderno, que vai abandonar outras populações, quando a vida delas não for útil¹³.

De outro lado, a vigília significa que o pastor vela pelas ovelhas. Ele conhece o rebanho no conjunto e em detalhe: “Ele deve conhecer não somente a localização das boas pastagens, as leis das estações e a ordem das coisas, mas também as necessidades de cada um em particular” (FOUCAULT, 1994, p. 139). Vigiar o rebanho exige conhecer as necessidades individuais de cada ovelha.

O método do cuidado, segundo Bartolomé Ruiz (2016), articula uma dupla tecnologia de governo. De um lado, o pastor deve saber das necessidades globais do rebanho ou proporcionais ao grupo. De outro, o pastor deve conhecer as necessidades específicas das ovelhas, as possibilidades e os limites de cada indivíduo. Conhecer as condições de subsistência do rebanho – boas pastagens, as leis das estações e a ordem das coisas – e as necessidades de cada ovelha em particular – se está com fome, com sede, doente ou distante do rebanho.

Conforme Foucault (2004, p. 131), um comentário rabínico sobre o livro do Êxodo descreve as competências pastorais de Moisés. Quando pastor no Egito, o profeta alimentava, com a relva fina, as ovelhas mais jovens, e, com a relva dura, as ovelhas mais robustas e adultas. A técnica do cuidado caracteriza-se por atender às necessidades de subsistência das ovelhas e do rebanho. Bartolomé Ruiz enfatiza essa ideia de Foucault de que o poder pastoral é “Um poder que cuida das necessidades do outro” (BARTOLOMÉ RUIZ, 2016, p. 8). A principal técnica do poder pastoral de governar os outros é o cuidado dos indivíduos e do grupo. Cuidar é, segundo Foucault (2004, p. 130), “[...] fazer o bem”. O poder pastoral é “[...] um poder benfazejo” (FOUCAULT, 2004, p. 130).

A condução dos outros, no pastorado hebraico, é um poder que se exerce como cuidado, pois o pastor preocupa-se com o bem dos governados: “O pastor é aquele que alimenta e que alimenta diretamente ou, em todo caso, que alimenta conduzindo às boas campinas, depois certificando-se de que os animais

13 Por exemplo, a exceção jurídica, pensada por Giorgio Agamben (2003), que representa o abandono dos indivíduos pelo direito, tratado na obra *Stato di Eccezione*. Uma concepção de Direito que vigora no Estado, que não protege os imigrantes, tornando-os apátridas do Estado, denunciada por Hannah Arendt (1998), em *The human condition*. E, em Foucault, a biopolítica como uma tecnologia de poder que entra no Estado moderno, pela via do Direito de soberania. No curso « *Il faut défendre la société* » (1976), o autor deixa claro que, enquanto o Direito soberano garantia ao monarca o poder de fazer morrer e deixar viver os indivíduos, a nova racionalidade política (governo da população) permite ao Estado fazer viver e deixar morrer os indivíduos (FOUCAULT, 1997).

de fato comem e são alimentados adequadamente. O poder pastoral é um poder de cuidado” (FOUCAULT, 2004, p. 130-131). Essa passagem retrata o paradoxo do cuidado, visto que o pastor assegura o sustento das ovelhas, mas sob a condição de conduzi-las para as boas pastagens.

Esse paradoxo inerente ao cuidado desempenha a função de um *bem-fazer* (FOUCAULT, 2004, p. 130). Isto é, a ação de cuidar consiste em realizar da melhor forma possível o bem dos governados. Os benefícios previstos pelo pastor, para conduzir o rebanho e as ovelhas, permitem concluir que o poder pastoral funciona através do cuidado vigilante, detalhado e contínuo sobre o indivíduo-ovelha e o grupo-rebanho. Na seguinte seção, demonstraremos em que sentido a técnica do cuidado opera como paradoxo na vida quotidiana de indivíduos e grupos.

4. O paradoxo do cuidado como técnica de poder pastoral na vida quotidiana

A tese foucaultiana é que os hebreus se constituíram por uma relação de poder, baseada na condução religiosa de um povo-rebanho por um Deus-Pastor (FOUCAULT, 2004, p. 129). O exercício do pastorado hebraico reside em um tipo de relação religiosa, alicerçada no poder de cuidar, enquanto o pastor conduzia seu rebanho para onde queria. Há uma ocorrência conceitual que atribui aos hebreus a mesma definição de poder pastoral que serve para os egípcios, os persas, os assírios, os babilônicos. A ideia filosófica consiste em que o pastor é aquele que governa ao mesmo tempo que cuida das necessidades do rebanho.

A partir dessa definição, faz sentido inferir que o poder pastoral, seja nos hebreus, seja em outros povos orientais, é paradoxal, pois conduz os outros, à medida que cuida de suas necessidades. O poder do pastor consiste em conduzir cuidando das necessidades. Esta noção é, inclusive, uma premissa das práticas de governo dos outros. Embora essa visão de poder pastoral caracterize o governo dos outros para um fim, como cuidado das necessidades, de outro lado restringe a ideia de necessidade a recursos básicos de subsistência. O pastor seria quem cuida do rebanho, porque garante o alimento, a saúde, a proteção dos perigos internos (doença, precipício), a reprodução das ovelhas. Na análise do poder, a tese de governar cuidando das necessidades parece ser peculiar à relação religiosa do povo-rebanho com o Deus-Pastor.

Na medida em que as necessidades dos governados são o objetivo da condução dos outros, o poder pastoral é um método de governo da vida humana, porque se realiza pela técnica do cuidado dos outros. Foucault expressa bem essa ideia na *Leçon du 8 février 1978*: “[...] a ideia de um poder pastoral é a ideia de um [...] poder que guia para um objetivo e serve de intermediário rumo a esse objetivo” (FOUCAULT, 2008, p. 133). Ou seja, o cuidado como intermediário do poder de conduzir os outros é uma espécie de método para se governar condutas.

Bartolomé Ruiz (2016, p. 20) contrapõe-se a Foucault, ao declarar: “O cuidado dos outros é uma forma de poder necessário quando aqueles a quem se ajuda encontram-se em situações-limite de necessidade”. Bartolomé Ruiz (2016, p. 20) aponta ainda um limite no cuidado, qual seja: “Quando se cuida de alguém, não se incentiva sua autonomia; pelo contrário, cuida-se dele nessa situação porque ele não tem capacidade de ser autônomo”.

Ainda que Bartolomé Ruiz aponte um limite do cuidado, não está claro o que entende por *cuidado*, nem por *situações-limites*, tampouco por *necessidade*. Isso abre três precedentes. Primeiramente, cuidado pode ser de si mesmo ou dos outros. Segundamente, situações-limite podem ser casos em que o sujeito está desprovido do poder de deliberar sobre a ajuda de que precisa. Por fim, uma necessidade pode ser uma carência de condições básicas para a subsistência do indivíduo.

No primeiro precedente, convém esclarecer que, ao fazer a analítica do poder pastoral, Foucault problematiza o cuidado pastoral que se dirige ao indivíduo-ovelha e ao grupo-rebanho. Trata-se do cuidado dos outros como uma técnica utilizada para governar indivíduos e grupos, na medida em que os cuidadores buscam a satisfação das necessidades individuais e grupais de quem cuidam. Portanto, vale lembrar que o paradoxo tematizado aqui diz respeito ao cuidado dos outros, como técnica política de assistência às necessidades de quem se cuida, enquanto se governa ou conduz para um fim de governo.

No segundo precedente, vale ressaltar que uma pessoa e um grupo social estão em situação de necessidade, quando sofrem privação de bens constitutivos, materiais e simbólicos, quer dizer, por si mesmos são incapazes de realizarem suas necessidades. Nesta medida, Bartolomé Ruiz é coerente, quando defende que o limite do cuidado reside em que, em uma situação-limite, não se incentiva a autonomia do sujeito. Mas deve-se cuidar dele, pois, do contrário, prefigura-se abandono do outro. Também seguindo o escopo da tese foucaultiana, Laura Bazzicalupo (2017) reforça a ideia de poder pastoral como cuidado das necessidades:

O poder pastoral é, por definição, benéfico para *menores* [*minori*: que não têm capacidade de se autogovernar] a serem salvos, curados, protegidos e promovidos: *pouvoir bienfaisant* [poder benfeitor], cujo objetivo é a *salut du troupeau* [saúde do rebanho]. Portanto cura, assistência, poder oblativo (BAZZICALUPO, 2017, p. 65).

Em alguns casos, o cuidado dos outros pode ser benéfico para a pessoa que não é capaz de governar a si própria, a exemplo de um bebê. A noção de alguém *menor* corresponde a quem não tem condições básicas para sair de uma situação social e política que lhe impede de assumir a própria vida ou que lhe inibe a autonomia. O problemático é que as situações extremas implicam uma antropologia apolítica, pois ocorre um hiato entre sujeito de necessidades e sujeito político de direitos. O pressuposto de poder consiste em o sujeito de necessidade ser apenas um indivíduo-paciente, que sofre a deliberação de ou-

trem, sem protagonizar essa decisão. O protagonismo é todo de quem oferece o auxílio e não de quem recebe.

Com efeito, o sujeito político é somente aquele que realiza uma ação benéfica para o sujeito de necessidades. E o sujeito de necessidades é um objeto do cuidado do sujeito político. A cisão consiste, pois, na noção de que a situação extrema impede o indivíduo de ser autônomo, pois, sob o olhar de quem julga a circunstância, a vítima pode ser privada da faculdade política de decidir sobre as formas de cuidado que lhe atingem. Cuida-se da pessoa, porque ela não tem capacidade para ser autônoma.

A antropologia inerente a essa visão é que a pessoa cuidada é um indivíduo assujeitado, paciente, incapaz de saber e até decidir sobre a ajuda de que precisa. Ao sujeito de necessidades é negado o direito de ser agente político, de deliberar, pois a ele só é permitido aceitar os métodos impostos de satisfação das suas necessidades. Logo, no exercício do cuidado dos outros, há um duplo risco: o ético, de dessingularizar cada indivíduo e grupo, e o político de despolitizar o sujeito de necessidades, transformando-o em objeto de controle pastoral.

No terceiro precedente – a necessidade como carência das condições de subsistência do indivíduo –, a categoria de necessidade tende a se restringir a situações de emergências que implicam risco de morte de indivíduos e de populações. As emergências são carências que comprometem imediatamente a vida dos sujeitos, quando não supridas. Por exemplo, comida na mesa e saúde no corpo. O paradoxo do cuidado estende-se, também, a pessoas e grupos em situações de necessidades não-emergentes, isto é, que não implicam risco de morte imediata: não acesso à educação de qualidade; salários e moradias não dignos; ausência de boa formação profissional; falta de uma boa formação política; entre outras. E é nessa possibilidade que reside uma perversão do cuidado dos outros, pois se instaura uma relação de poder como controle, que coopera com a sujeição e não com a autonomia dos outros pelo exercício de seus direitos.

Tendo em vista que um sujeito autônomo é capaz de decidir a criação de seus direitos e as formas de implementá-los, no juízo de quem exerce o poder de cuidar, o outro é considerado objeto de cuidado. Quem é ajudado está alienado da faculdade política de deliberação: do como, da forma e da durabilidade do cuidado. O cuidado pastoral pode ser uma técnica que cria uma relação de poder perversa nas relações interpessoais e entre os sujeitos e as instituições. A perversão consiste em estabelecer uma relação de poder assimétrica, em que pessoas e instituições que ajudam podem fazer do outro objeto de controle. E se é objeto, é passivo diante do método e do bem recebido, já que a sua função, na relação de cuidado, é definida, arbitrariamente, por quem cuida. Isto é, a pessoa ou o grupo cuidado ocupam o lugar de subalternidade, de apenas sofrer a decisão e a ajuda do outro, sem ter voz e vez para decidir e definir o auxílio de que precisa. Nesse modo de cuidar, os direitos individuais são suspensos.

Por exemplo, há situações em que pessoas empobrecidas, negras, indígenas, mulheres e LGBTQIAPN+ são alvo, seja de assistencialismo político nas políticas públicas, seja de assistencialismo religioso que se apresenta como caridade evangélica. Elas podem não ser consideradas agentes de decisão, de

participação dos projetos que visam a beneficiá-las em suas necessidades. Elas podem ser perversamente naturalizadas pobres e desprovidos de autonomia social, ética e política, pela suposição de que lhes é inerente a condição imanente da classe social, da etnia, do gênero, do sexo. Elas podem ser agentes passivos, *menores*, que sofrem a ação de alguém com boa intenção religiosa e política. Podem ser aqueles que apenas recebem ajuda, se contenta com o que recebem e devem agradecer por serem cuidadas como se quem cuida estivesse fazendo um favor muito generoso.

Esse tipo de cuidado dos outros é religioso, ético, político e socialmente perverso, porque, sendo controle, incentiva a dependência submissa e não a autonomia dos sujeitos. Destitui as pessoas afetadas da capacidade política de responder por si mesmas, porque fala e age em nome delas. É uma política e uma assistência religiosa que não incentivam a libertação do outro da sua situação de subalternidade, porque o torna dependente da ajuda/assistência imposta.

Contra essa perspectiva, o argumento de Bartolomé Ruiz (2016, p. 20) parece estar coerente, pois assevera que é preciso recuar o cuidado, quando o sujeito é capaz de dar conta da própria vida. Do contrário, o cuidado torna-se controle, pois inibe a autonomia dos sujeitos. Transforma o grupo de indivíduos em populações e não em povo, isto é, em objeto de governo político e religioso e não em sujeito político de direitos. É possível exercer o cuidado dos outros de outra maneira que não a do controle de indivíduos e grupos, isto é, pode-se cuidar de alguém com respeito pela sua autonomia e seus direitos sociais e políticos.

A partir do momento em que se ultrapassa o regime de assistência às emergências, a relação entre sujeito de necessidade e sujeito político de direitos deixa de ser polarizada para ser agônica, tensionada. A dissolução dessa dicotomia é plausível, desde uma antropologia na qual o sujeito de necessidades é também considerado um sujeito político de direitos. Pois, ao mesmo tempo que é ajudado, o sujeito é visto como capaz de decidir sobre a ajuda que recebe. Dessa forma, cuidar das necessidades requer fazer processos com o povo e não pelo povo. Quando a noção de necessidade atrela-se ao conceito de processo político, social, religioso e ético construído sob o pilar da autonomia, o povo cuidado é visto como sujeito agente, partícipe das ações deliberativas. É um sujeito político de decisão, porque pode ser capaz de saber do que necessita e deliberar a respeito.

Por fim, filosoficamente, o cuidado dos outros pode ser um paradoxo em situações de extrema necessidade. Alguém que recebe o cuidado, por si próprio, é incapaz de satisfazer suas necessidades se está desprovido da faculdade política de decisão. É o caso do termo *população*, que já era entendido pelos economistas do século XVIII – fisiocratas – como “objeto de governo” (FOUCAULT, 2004, p. 352). Qualquer poder político instituído pode cuidar dos indivíduos, enquanto são úteis para aumentar a própria força, e abandoná-los, quando já não servem mais aos interesses institucionais. Nesse caso, o cuidado dos outros é uma técnica política que inibe a autonomia política dos cidadãos, visto que

controla a capacidade de autogestão dos sujeitos, manipulando as necessidades dos indivíduos e dos grupos.

Por outro lado, do ponto de vista da autonomia política, o cuidado não é paradoxal, pois as circunstâncias não impedem de o povo ser capaz de decidir as formas políticas de cuidado das suas necessidades, as quais também podem ser supridas por um processo político e social construído com as pessoas envolvidas. Aqui, o cuidado dos outros coopera com ações de libertação do sujeito de necessidades e não realiza por ele ou impõe a ele a assistência da qual necessita. O cuidado como técnica política não desaparece da sociedade, mas continua operando no cotidiano dos sujeitos de ação, sob outras formas políticas de cuidado de si e dos outros.

Considerações finais

A presente pesquisa versou sobre o cuidado como técnica de poder que satisfaz as necessidades, enquanto conduz para um fim de governo. Orientou-se pela hipótese de que o cuidado concerne a uma técnica paradoxal de poder, já que pode limitar a autonomia individual em situações-limite, em vista de um fim de governo das condutas. Por isso, o objetivo do texto foi problematizar o conceito de cuidado desde a analítica foucaultiana do poder pastoral.

O texto começou com ponderações acerca da analítica do poder, a fim de se justificar tanto o lugar do poder pastoral na analítica quanto o interesse de Foucault pelo tema *governo*. Em seguida, partindo da noção de que a analítica delimita o domínio do poder, a exemplo da ação do poder sobre corpos e condutas, analisou-se o pastoreio no Oriente pré-cristão, enfatizando o pastoreio hebraico, para demonstrar o exercício do cuidado como técnica de governo dos outros. Adiante, fez-se uma síntese de como funciona o poder pastoral no Oriente, delimitando-se características relevantes dessa forma de governo dos outros. Por fim, desde a ideia de problematização da analítica do poder, buscou-se problematizar a técnica do cuidado, demonstrando que o paradoxo que lhe é inerente opera no cotidiano da sociedade.

A conclusão do texto é que a técnica do cuidado é um paradoxo em situações de inibição da autonomia dos sujeitos, e não é paradoxal em circunstâncias do cotidiano em que as pessoas cuidadas estão social e politicamente autônomas. A relevância da analítica do poder pastoral consiste, pois, em reinserir o cuidado pastoral na esfera cotidiana do poder, no âmbito das práticas políticas. Nas relações de poder, o cuidado aparece como técnica paradoxal de governo dos outros e como técnica de condução de si. O que será valioso para se analisar, em outra oportunidade, o cuidado de si na cultura grega, o cuidado na pastoral cristã e seus desdobramentos na modernidade.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Stato di Eccezione*. Torino: Bollati Boringhieri, 2003.

ARENDT, Hannah. *The human condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1958.

AYUB, João Paulo. *Introdução à analítica do poder de Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2014.

BARTOLOMÉ RUIZ, Castor M. M. O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno. *Cadernos IHU Ideias*, São Leopoldo, ano 14, v. 14, n. 241, p. 20, 2016.

BAZZICALUPO, Laura. *Biopolítica: um mapa conceitual*. Tradução de Luisa Rabolini. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2017.

CANDIOTTO, César. Governo e direção de consciência em Foucault. *Natureza Humana: revista de filosofia e psicanálise*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 89-114, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nh/v10n2/v10n2a04.pdf>. (Acesso em: 14 mai. 2024).

CASTRO, Edgardo. *Lecturas foucaultianas: una historia conceptual de la biopolítica*. Buenos Aires: Editora UNIPÉ, 2011.

CASTRO, Edgardo. *Introdução a Foucault*. Tradução de Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CHEVALIER, Philippe. *Michel Foucault et le christianisme*. Lyon: ENS éd., 2011.

FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir*. Paris: Éditions Gallimard, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Du gouvernement des vivants: Cours au Collège de France (1979-1980)*. Paris: Gallimard, Seuil, 2012.

FOUCAULT, Michel. *L'herméneutique du sujet: Cours au Collège de France (1981-1982)*. Paris: Gallimard, Seuil, 2001.

FOUCAULT, Michel. « *Il faut défendre la société* »: Cours au Collège de France (1975-1976). Paris: Gallimard: Seuil, 1997.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, la généalogie, l'histoire. In: DEFERT, Daniel; EWALD, François (Orgs.). *Dits e écrits: 1970-1975*. Paris: Gallimard, 1994. vol. II: 1970-1975. p. 136-156.

FOUCAULT, Michel. *Sécurité, territoire, population: Cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Gallimard, Seuil, 2004.

FOUCAULT, Michel. "Omnes et singulatim": vers une critique de la raison politique. In: DEFERT, Daniel; EWALD, François (Orgs.). *Dits e écrits: vol. IV - 1980-1988*. Paris: Gallimard, 1994. p. 134-161.

MIRANDA, Mário de França. *A salvação de Jesus Cristo*. São Paulo: Loyola, 2016.

MUCHAIL, Salma Tannus. *Foucault, mestre do cuidado: textos sobre A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Loyola, 2011.

OLIVEIRA, Renato Carvalho de; SUREKI, Luiz Carlos. A filosofia foucaultiana: um convite à experiência de pensamento (auto)crítico. *Síntese*, Belo Horizonte, v. 15, n. 159, p. 103-127, Jan./Abr., 2024. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese>. (Acesso em: 17 mai. 2024).

SEGUNDO, Juan Luiz. *Teologia aberta para o leigo adulto*. São Paulo: Loyola, 1977. v. 2: Graça e condição humana.